

**PERSPECTIVAS ECOFEMINISTAS DE TRANSFORM(AÇÃO)
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS****ECOPHEMINIST PERSPECTIVES OF TRANSFORM(ACTION)
AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF GRANDE DOURADOS****RVD**Recebido em
08.03.2021Aprovado em.
04.06.2021**Paula Cristina Santos Pireneus¹.****Verônica Maria Bezerra Guimarães^{2 3}.****RESUMO**

O ecofeminismo aborda o vínculo percebido entre a subjugação da natureza aos anseios humanos e a subalternidade da mulher ao homem. Para além de um feminismo que luta pela igualdade de gêneros, o ecofeminismo, configurado como não essencialista, combate os pressupostos insustentáveis do patriarcado capitalista. Baseia-se na união entre as agendas da ecologia e do feminismo, estabelecendo uma associação entre o empoderamento feminino e uma noção ecológica de vida. Perspectiva essa que se revela como alternativa viável ao panorama social permeado das referidas relações de poder - pautadas ora no gênero, ora na ciência ou na economia - que se verificam em âmbito mundial. O movimento ecofeminista, enquanto ação transformadora social verifica-se em diferentes partes do mundo e do Brasil. O objetivo deste trabalho foi analisar por meio de revisão bibliográfica e estudos realizados mediante entrevistas, as perspectivas desse movimento na esfera da Universidade Federal da Grande Dourados. A pesquisa destinou-se a contribuir para o estudo do movimento ecofeminista no âmbito universitário sul-mato-grossense, à medida que buscou identificar, a recorrência de movimentos que se enquadrem, ainda que assim não se autodenominem, como ecofeministas. A pesquisa abordou a relação do antropocentrismo e do androcentrismo com a visão da natureza como fonte de

¹ Graduada em Direito da Universidade Federal da Grande Dourados/MS. Membro do Grupo de Pesquisa Ecofenomenologia, Ciência da Sustentabilidade e Direito. paula.pireneus@hotmail.com <http://lattes.cnpq.br/2697280389839406>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4346-3438>.

² Professora adjunta nos cursos de graduação e no mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Unb. Mestre em Direito Público pela UFPE. Graduada em Direito pela Unicap. Líder do Grupo de Pesquisa Ecofenomenologia, Ciência da Sustentabilidade e Direito. veroniquima@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0002-6673-0781>. <http://lattes.cnpq.br/9416295955715042>.

³ Endereço profissional: Rua Quintino Bocaiúva, 2100, Jardim da Figueira, Dourados - MS, Brasil, Cep: 79824-140.

recursos à disposição do homem. Ademais, delineou um panorama histórico do ecofeminismo enquanto movimento de resistência que preza pela equidade de gênero e pela sustentabilidade. Por fim, restou demonstrada a relevância social desse movimento em face da marginalização das mulheres e da degradação da natureza pelo patriarcado capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Ecofeminismo. Universidade Federal da Grande Dourados. Patriarcado capitalista.

ABSTRACT

The ecofeminism approach the link between the subjugation of nature to human longings and the subordination of women to men. A feminism that strives for gender equality, ecofeminism, configured as nonessentialist, fights against the unsustainable assumptions of capitalist patriarchy. It is based on the union between the agendas of ecology and feminism, establishing an association between female empowerment and an ecological notion of life. This perspective proves to be a viable alternative to the social landscape permeated by the referred power relations - based sometimes on gender, sometimes on science or economy - worldwide seen. The ecofeminist movement, as a social transformative action takes place in different parts of the world and in Brazil. The objective of this work was to analyze, through the method of literature review and studies conducted through interviews, the perspectives of this movement in the UFGD. The research was intended to contribute to the study of the ecofeminist movement in the Mato Grosso do Sul academies, as it sought to identify, in the UFGD, the recurrence of movements that fit, even if they do not call themselves, as ecofeminists. This research addressed the relationship of anthropocentrism and androcentrism with the view of nature as a font of resources available to man. It outlined a historical panorama of ecofeminism as a resistance movement that values gender equity and sustainability. The social relevance of this movement has been demonstrated in the face of the marginalization of women and the degradation of nature by the capitalist patriarchy.

KEY-WORDS: Ecofeminism. Federal university of grande Dourados. Capitalist patriarchy.

1. INTRODUÇÃO

A condição das mulheres em sociedade, assim como o modo em que a natureza é percebida, pode ser analisada sob diferentes perspectivas de acordo com o tempo e espaço. Nesse sentido, com origem no último século, o movimento ecofeminista constata a relação entre o empoderamento feminino e uma noção ecológica como uma opção viável ao sistema opressivo que tem sido imposto.

Nesse âmbito, parte-se do pressuposto de que a subjugação da natureza aos anseios humanos, assim como o apogeu do homem sobre a mulher, apresentam causas e consequências em comum. Esse vínculo é verificável, por exemplo, à medida que se nota o quão próximos têm caminhado o androcentrismo e o antropocentrismo, exercendo esta notável influência sobre o desenvolvimento da lógica capitalista e, conseqüentemente, da maior subalternidade tanto do sexo feminino como da natureza – vistas enquanto fonte de recursos.

Eis que surge a necessidade de se pensar, para além do feminismo, cujo foco centra-se na (des)igualdade de gêneros, em um ecofeminismo não essencialista, que combata os pressupostos do patriarcado capitalista. Sendo, pois, esse movimento de suma relevância, ao passo que é identificado em diferentes nações e continentes, indaga-se à cerca de sua presença no Brasil.

Por conseguinte, o presente trabalho entende a relevância de se traçar um panorama em relação ao movimento ecofeminista. Traz, nesse sentido, em um primeiro momento, uma abordagem da teoria do ecofeminismo. Em seguida, aborda sua origem e parte de sua história em âmbito internacional e nacional. Aqui, traça-se um breve panorama de sua recorrência em âmbito nacional, em parte do Mato Grosso do Sul e nos ambientes da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Para tal, esse trabalho formou-se mediante revisão bibliográfica, quando da abordagem do ecofeminismo em si, de suas características e de sua evidente necessidade diante do atual modo em que as relações sociais com a natureza se verificam, ou seja, sob uma perspectiva predadora e antropocêntrica.

Posteriormente, quando da abordagem sobre a recorrência de movimentos que se enquadrem – ainda que assim não se auto-denominem – como ecofeministas na UFGD, como fundamental método de estudo, foi empregada uma pesquisa exploratória, realizada mediante entrevistas com professores da referida instituição.

2. ECOFEMINISMO: MUDANÇA DE PARADIGMA ÉTICO E CIENTÍFICO

O ecofeminismo pode ser definido, conforme síntese de Vandana Shiva, como um movimento “internacionalista, sob a bandeira do feminismo e do ecologismo”, baseado na reunião de esforços das mulheres que, considerando as diferenças que apresentam entre si e optando por transcendê-las, lutam para a manutenção dos processos que as sustentam (SHIVA, MIES, 1997, p. 10). Pode, portanto, ser teoricamente definido como a união de mulheres com a preocupação comum de combater o sistema capitalista patriarcal e a consequente degradação do mundo natural, sob a cortina do “desenvolvimento” e do “progresso” corriqueiramente atribuídos à modernização.

Logo, é possível designar o ecofeminismo como a junção, para além das morfologias, das agendas da ecologia e do feminismo. Para tal, parte-se do pressuposto que tanto a dominação da natureza, quanto a subjugação do feminino, estão fundamentadas na visão capitalista-patriarcal de que ambas as categorias em referência constituem bens de apropriação a serem submetidos às necessidades atribuídas à humanidade em geral – ainda que, não raramente, constituam, em realidade as vontades dos grupos dominantes.

Nesse sentido, Rosângela Angelin (2014, p. 1.584) declara que tanto o feminino como o meio-ambiente, na perspectiva do patriarcado capitalista, são encarados ora “como objeto de consumo”, ora “como meio de produção ou como exploração”.

Sendo, pois, o ecofeminismo delineado pela união das agendas do feminismo e da ecologia, torna-se imprescindível uma abordagem – mesmo que superficial – de ambos os movimentos de forma isolada. O feminismo, que apresenta diversas ramificações entre si, pode ser simplificadamente definido como o movimento que busca a superação de organizações patriarcais permeadas pela assimetria e autoritarismo.

Assim, o movimento feminista não se organiza de uma forma centralizada, e recusa uma disciplina única, imposta a todas as militantes. Caracteriza-se pela auto-organização das mulheres em suas múltiplas frentes, assim como em grupos pequenos, onde se expressam as vivências próprias de cada mulher e onde se fortalece a

solidariedade. Os pontos de vista e as iniciativas são válidos não porque se originem de uma ordenação central, detentora de um “monopólio da verdade”, mas porque são fruto da prática do conhecimento e da experiência específica e comum das mulheres (ALVES, 1981).

Ainda de forma sintética, o feminismo, didaticamente dividido em quatro grandes ondas históricas, pode ser conceituado como o movimento que combate o patriarcado, definido conforme a percepção da “segunda onda” do feminismo – surgida nos anos 1970 no Ocidente – como o modelo social no qual, em contraposição à dominação masculina, verifica-se a condição feminina de opressão.

Destarte, o feminismo pode ser traduzido pelo conjunto de esforços reunidos em prol do combate às relações sociais desiguais de gênero (esse entendido como “caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”) (SCOTT, 1995, p. 71-99). Diferenciando-se esse conceito do de patriarcado, consoante o “Dicionário crítico do feminismo”, à proporção que nega o universalismo que, de forma trans-histórica e trans-geográfica, reduz toda “forma de dominação masculina situada no tempo ou no espaço” à uma única modalidade (HIRATA, LABORIE, LE DOARÉ, SENOTIER, 2009, p. 176).

Portanto, o movimento feminista, enquanto manifesto político destinado à equidade de gênero na sociedade, apresenta como agenda fundamental: o fim da naturalização e da legitimação de desigualdades sociais pautadas no sexo e, ainda, da própria construção social permeada por relações de poder compreendida pelo “gênero”.

A ecologia, por sua vez, é conceituada de forma estritamente científica como o ramo da biologia que estuda as relações que vinculam os organismos de uma comunidade e o meio onde eles vivem. Não obstante, com a mudança de paradigma decorrente da degradação da natureza, a ecologia passa a apresentar como princípio fundamental a interação e a interdependência. Nesse sentido, Alfredo Pena Vega disserta que a “nova” ciência ecológica “não considera mais a relação ecossistêmica como uma relação externa entre duas entidades fechadas, mas, acima de tudo, como uma relação integrativa entre dois sistemas abertos, na qual cada um é parte do outro, constituindo uma totalidade” (PENA-VEGA, 2003, p. 33).

A referida nova ciência ecológica, então, fortemente influenciada pela obra de Edgar Morin, opõe-se ao pensamento disjuntivo, adotando, em detrimento desse, um conhecimento conjuntivo e articulante, pelo qual a distinção entre observador e observado perde sentido.

Concepção essa que resta nítida na lógica do ecofeminismo. Nesse sentido, aliás, cabe ressaltar a linha de força metodológica para a investigação feminista proposta por Maria Mies. A autora alemã aborda, nesse âmbito, a necessidade de uma “parcialidade consciente” em detrimento da neutralidade e indiferença entre o investigador e seu respectivo objeto de estudo. Assim, a lógica da investigação do ecofeminismo propõe a consideração, tanto das próprias investigadoras, como também dos “objetos de investigação como partes de um todo social maior” (SHIVA, MIES, 1997, p. 55).

Não obstante a isso, ainda em relação à ecologia, salienta-se a percepção central de que o meio-ambiente, bem como todos seus diversos elementos (vegetais, animais e materiais) é subjugado – cabe salientar que de modo impune –, pelo homem, culminando na degradação e conseqüente crise do mesmo. Em decorrência, a preocupação da humanidade com a degradação ambiental, através da consciência ecológica, passa a transcender as barreiras tanto individuais quanto territoriais.

A partir justamente dessa transcendência e da magnitude da crise ambiental e os riscos que essa apresenta, percebe-se a insuficiência da ciência moderna, designada pelo conhecimento absoluto e universal para solucionar a problemática ora analisada pela ecologia e, conseqüentemente, a necessidade de se pensar em uma epistemologia holística, sugerida pela supracitada “Nova ecologia” (PENA-VEGA, 2003).

Essa nova epistemologia, por sua vez, em muito se aproxima à ciência pós-moderna proposta por Boaventura Souza Santos, ao pensamento sistêmico de Fritjof Capra e ao diálogo de saberes proposto por Enrique Leff. Nas “Aventuras da epistemologia ambiental”, Leff, atribuindo a crise ambiental à crise do conhecimento, sugere a epistemologia ambiental. Essa seria fruto do esforço em articular diferentes

ciências a fim de questionar a racionalidade moderna. Baseia-se, portanto, na interdisciplinaridade; em um saber holístico, que propõe uma ressignificação do mundo, para além das verdades tidas como legítimas pelo cientificismo. Essa crítica ambiental, no entanto, não tem como função se tornar um novo dogma científico – como fez, por exemplo, o iluminismo – mas sim fomentar novos questionamentos, abrindo o campo do conhecimento para, inclusive, uma utopia.

Esse saber ambiental, do qual é possível dizer que a referida "Nova ecologia" e o próprio ecofeminismo se apropriam, atuaria, conforme articulado por Leff (2012, p. 27-8), em cinco órbitas distintas, quais sejam:

1. A estratégia epistemológica para pensar a articulação das ciências diante da totalização do saber por meio da teoria dos sistemas, um método interdisciplinar e um pensamento de complexidade;
2. A exteriorização do saber ambiental do círculo das ciências para estratégias de poder no saber que jogam no campo discursivo da sustentabilidade;
3. A construção da racionalidade ambiental, que rearticula o real e o simbólico, o pensamento com a ação social, transcendendo as determinações estruturais e abrindo a racionalidade universal para uma pluralidade de racionalidades culturais;
4. A formação do saber ambiental e a emergência da complexidade ambiental;
5. A reemergência do ser, a reinvenção das identidades e a ética da outridade, que abrem um futuro sustentável através de um diálogo de saberes, dentro de uma política da diversidade e da diferença que transcende o projeto interdisciplinar.

Eis, portanto, que surge a necessidade de transcender a lógica da ciência moderna, essencialmente cartesiana. Ciência essa, oriunda do iluminismo e, portanto, tida como incontestável. Ciência que, ao mesmo tempo que cessa qualquer legitimidade que saberes "não convencionais" (exemplificados pelos modos de vida decoloniais ou pelo "senso comum"), reveste-se do manto de autoridade e, baseando-se nas ideias do antropocentrismo, concebe um conhecimento que passa a ser dominado com o intuito de controlar a natureza.

Afinal, conforme disposto por Cristiani Bereta de Silva e Nucia Alexandra Silva de Oliveira no dicionário crítico de gênero "a construção de um campo de saber é antes de tudo uma questão de exercício de poder". Diante dessa percepção, mais uma

vez, a epistemologia dessa nova ecologia dialoga com a epistemologia feminista, proveniente da mobilização política emancipadora e conceituada como o “exercício de poder que busca a construção de novos saberes. E que sejam esses plurais, diversos e mesmo subjetivos, ao contrário dos critérios universais e reguladores estabelecidos no modelo de ciência moderna” (TEDESCHI, COLLING, 2015, p. 197).

Nessa seara, tece-se a rede que une a ciência moderna, o andro-antropocentrismo e o patriarcado capitalista em um emaranhado de hierarquias incontestáveis. Conexão essa que pode ser constatada na própria personagem de Descartes. Esse símbolo do iluminismo científico e pai da forma de conhecimento mecanicista que exclui os demais, ao fomentar a substituição da concepção holística da natureza pela noção da mesma como objeto mecânico de estudo, incentivou a transformação do meio ambiente em coisa. Da mesma forma, ao tratar dos animais como seres privados de espírito, Descartes contribui também para a coisificação dos seres não humanos, de modo a ratificar a noção antropocêntrica que perdura ainda hoje (DIAS, 2008, p. 267). Resta, assim, nítida a relação entre a epistemologia da ciência moderna, a noção andro-antropocêntrica com a consequente subalternização da natureza aos anseios do homem.

Em decorrência dessa percepção, Vandana Shiva afirma que “todo o paradigma da ciência é caracteristicamente patriarcal, antinatural e colonial e tem por objetivo expropriar a mulher de sua capacidade reprodutiva, tal como faz com as capacidades reprodutivas da natureza” (SHIVA, MIES, 1997, p. 27). As referidas autoras (1997, p. 56), por sua vez, ao apontar o patriarcado como paradigma histórico de todas as relações verticais e hierárquicas percebidas em sociedade, propõe que:

A investigação, que até agora tem sido amplamente utilizada como um instrumento de domínio e de legitimação das elites do poder, deve ser utilizada para servir os interesses dos grupos dominados, explorados e oprimidos, em particular as mulheres.

Ainda nesse sentido, no que se contrapõe à epistemologia cartesiana, Mies (SHIVA, MIES, 1997, p. 58) percebe uma parcialidade consciente no objeto da

investigação feminista. Objeto esse que passa a ser entendido como parte de um todo social maior, abandonando seu caráter previamente estático e homogêneo, ao passo que se caracteriza como uma entidade histórica, dinâmica e contraditória.

Logo, diante dessa abordagem, nota-se a perspectiva de transformação de paradigma tanto científico, baseado na dinamização do objeto do estudo e na valorização dos conhecimentos tidos como não convencionais, quanto ético proposto pelo Ecofeminismo. Este concebido por meio de um modelo de vida dissociado da percepção de dominação – quer seja das mulheres ou da natureza.

3. ECOFEMINISMO ENQUANTO MOVIMENTO: RESISTÊNCIA E TRANSFORM(AÇÃO)

Conforme abordado, o ecofeminismo tem como foco a ciência, a mulher e a natureza, e como agenda a junção dos preceitos do movimento feminista e ecológico. Nesse sentido, trata-se, essencialmente de um movimento prático.

O termo ecofeminismo foi inaugurado em 1974 por Françoise d'Eaubonne, escritora e ativista francesa que, traçando paralelos entre a submissão feminina ao patriarcado e a avassaladora apropriação da natureza pelo homem, fundou, em 1978, na França, o movimento Ecologia e Feminismo.

Nesse sentido, em consonância com Vandana Shiva (SHIVA, MIES, 1997, p. 25), o ecofeminismo é oriundo de movimentos sociais dos finais da década de 1970 e início de 1980. Contudo, apenas popularizou-se, segundo a autora indiana, com a recorrência de protestos e atividades de cunho ambientalista em face de desastres ecológicos, tendo como modelo a mobilização estadunidense no panorama do desastre nuclear verificado em Three Mile Island em 1979. Dessa mobilização, decorreria, então, a primeira conferência ecofeminista, acontecida em março de 1980, em Amhest, nos EUA.

Acerca dessa conferência, Shiva (SHIVA, MIES, 1997, p. 25), destaca ainda a fala de uma das organizadoras do evento, Ynestra King. Essa, por sua vez, percebe

tanto a devastação ambiental pelos “guerreiros ambientais”, quanto à ameaça nuclear pelos “guerreiros militares” como preocupações essencialmente feministas. Destarte, traça-se a teia que uniam mulheres que, na década de 1970, lideraram as lutas contra os resíduos tóxicos, contra as centrais nucleares e contra as bases militares. Ligações essas que, aproximaram, portanto, o feminismo da militarização e da ecologia.

Insta salientar que os anos seguintes ao contexto abordado foram palco de mais mobilizações de mulheres fomentadas por desastres ambientais ao redor do mundo, cabendo citar, a título de exemplo, as que decorreram do acidente com agrotóxicos em Bhopal (Índia, 1984), da catástrofe de Chernobyl (Ucrânia, 1986), e do encontro do patriarcado com a guerra percebido por mulheres alemãs (camponesas e cidadinas feministas) no movimento Whyl.

Da história do movimento ecofeminista, ademais, é possível salientar a criação, em 1984, da FINRRAGE (*Feminist International Network of Resistance to Genetic and Reproductive Engineering*), que combatia a mentalidade machista que nega o direito das mulheres a seus próprios corpos e sexualidades (FINRRAGE, 2019). Outrossim, ressalta-se o congresso “Mulheres e Ecologia”, realizado em 1987 na Alemanha (Colônia) com enfoque na contradição entre a lógica emancipatória do Iluminismo e os resultados destrutivos que a – supostamente – revolucionária ciência moderna acarretou.

Ainda nesse contexto de ativismo social liderado por mulheres de preceitos essencialmente tradicionais, ressalta-se o movimento *chipko*. Esse, verificado no contexto da exploração mineira que designou parte do Himalaia na década de 1970, consistiu na materialização da conexão da humanidade ao meio ambiente por meio de abraços dados em árvores, as quais simbolizavam a materialização do poder da natureza, que promovia não só força física, como ainda moral às mulheres que, nesses atos, demonstravam resistência.

Eis que essa perspectiva do movimento *chipko* permite vincular o empoderamento da natureza à própria emancipação de mulheres, as quais passam a controlar e produzir sua própria riqueza (SHIVA, MIES, 1997, p. 326).

Já em âmbito nacional, os laços de solidariedade de essência ecofeminista podem ser percebidos, com certo destaque: no Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), cuja atuação preza pela biodiversidade, condenando a biopirataria, pela representatividade feminina nos programas de proteção do meio ambiente e pelo enaltecimento de saberes tradicionais (PACHECO, 2002); na Marcha das Margaridas, cujo embate se dá em prol do acesso das mulheres rurais à terra, da visibilidade da mulher rural que colabora com o desenvolvimento sustentável do campo, e da ruptura com o domínio do patriarcado capitalista que culmina nas relações de subalternidade da mulher e da natureza, considerando um novo modelo de desenvolvimento do país (SILVA, 2008); e, de forma especialmente abordada na presente redação, no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Com relação à origem do referido Movimento de Mulheres Camponesas, tem-se que essa – junto à do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) – decorre da divisão do Movimento das Mulheres Trabalhadoras (MMTR). Este, por seu turno, criado em 1989 classifica-se como o primeiro movimento brasileiro de mulheres agricultoras e camponesas, ganhando destaque durante a década de 1980 (PINTO, 2018).

No período em foco, qual seja, na década de 1980, cumpre ressaltar a atuação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), cujos princípios foram estabelecidos no I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil, ocorrido em novembro de 1986 na cidade de Barueri/SP e cuja consolidação se deu no I Encontro Nacional da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil em outubro de 1995 no município de Jundiaí/SP.

Decorrente, por sua vez, da consolidação de grupos específicos dentro da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil, surge a necessidade de criação do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC).

Esse movimento autônomo constituiu-se de forma evidente no I Congresso Nacional do MMC, em março de 2004 na cidade de Brasília. Com relação à sua constituição, ademais, ganha destaque a sua formação caracterizada pela diversidade

de mulheres nacionais, quer sejam índias, negras ou de descendência europeia, que – pertencendo à classe trabalhadora – lutam não só pela causa feminista como pela transformação social (CRUZ, 2013).

O caráter ecofeminista do MMC, por sua vez, pode ser constatado por uma simples análise de suas prioridades intimamente feministas, anticapitalistas e agroecológicas, à medida que pensam não só nas relações de gênero, como também nos vínculos estabelecidos entre a humanidade e a natureza. Nesse sentido, as seguintes prioridades do movimento foram elencadas por Tereza Almeida Cruz (2013, p. 6):

a construção de um Projeto de Agricultura Camponesa e Agroecológica como “resistência, enfrentamento e negação ao modelo capitalista e patriarcal no campo”, bem como o desenvolvimento de uma Campanha pela Produção de Alimentos Saudáveis, afirmando “a importância de fortalecer a produção de alimentos saudáveis e diversificados, a fim de garantir a soberania alimentar e o combate à fome e à miséria” (MMC, 2007). Este movimento tem consciência também que a luta pela nova sociedade deve basear-se em novas relações sociais entre os seres humanos e destes com a natureza.

Sob essa perspectiva de que as práticas políticas do MMC prezam por um desenvolvimento sustentável, pautado no Projeto de Agricultura Camponesa que tem por base a agroecologia, pode-se concluir que tal movimento propõe uma nova racionalidade produtiva. Racionalidade essa oriunda da mudança abrupta na forma como a natureza é atualmente apropriada e, conseqüentemente, das próprias relações entre indivíduos e desses com a natureza.

Considerando, pois, o paradigma da agroecologia que coordena as ações do MMC, cumpre destacar que esse movimento atua em prol da preservação do meio ambiente e, concomitantemente, da produção de alimentos mais saudáveis. Contrapõe-se, destarte, ao modo de produção capitalista empregado pelo agronegócio e, conseqüentemente, ao uso de transgênicos, agrotóxicos, adubos químicos, dentre outros mecanismos que se revelam nitidamente gravosos ora à humanidade, ora à natureza.

Assim, tem-se que a luta do MMC é estruturada “pela soberania nacional, por um

Brasil livre de transgênicos, agrotóxicos e pela agricultura agroecológica, contra a política de importação de alimentos, por uma política de soberania e segurança alimentar e proteção nacional” (MMC, 2018, p. 9).

Inclusive, esse embate do MMC (2018, p. 12) por um modo de vida dissonante do proposto pelo patriarcado capitalista e, em decorrência, por uma sociedade sustentável que apresente igualdade de direitos, é igualmente ratificado pelo próprio Movimento:

Uma das principais bandeiras de luta, ação e de formulação política do MMC, após sua consolidação nacional, é a afirmação e defesa de um Projeto Popular de Agricultura Camponesa, que parte de uma prática feminista, fundamentado na defesa da vida, na mudança das relações humanas e sociais e na conquista de direitos (MMC, 2004). A vida entendida pelas camponesas, como o direito a uma vida sem violência para as mulheres, a vida humana, dos animais e da natureza, como bem maior por sobre o lucro e a exploração capitalista.

Eis, portanto, que as populações camponesas e, em especial, as mulheres – que demonstram preocupações com a comentada produção sustentável e negam a violência social, econômica e ambiental promovida pelo desenvolvimento distorcido do modo de vida propagado como símbolo de progresso – passam a incorporar papéis de protagonismo no plano de manutenção da vida humana em consonância com a manutenção do meio-ambiente.

Nesse sentido, acerca da mobilização do MMC, designada pela atuação das camponesas em âmbito não só privado, como também público (ao passo que engloba questões vinculadas tanto à agricultura quanto ao papel atribuído às mulheres), mais especificadamente, ao verificado no município de Itá (SC), diz Fabio Rezende Braga (2015) que esse movimento:

busca estimular a plantação de sementes crioulas na região. O modelo das práticas alimentares baseadas no conceito da soberania alimentar promove uma agricultura sustentável e vincula a produção à cultura e ao modo de vida do povo. Na busca por uma alternativa ao sistema capitalista de produção, que impõe uma dependência pautada no princípio do lucro pelo lucro, essas mulheres garantem a subsistência da comunidade a qual fazem parte e, por consequência, o direito ao meio ambiente equilibrado.

Diante dessa abordagem, é possível concluir não só pelo poder de transformação sócio-econômico-ambiental do MMC (designado por nuances ecofeministas), como também pelo símbolo de resistência que o mesmo representa em um país em que o agronegócio é tido como a “indústria riqueza do país”. Indústria, por sua vez, que, concomitantemente à representação da base econômica nacional, “é responsável hoje pelo alto consumo de venenos na agricultura e tem tomado terras camponesas e tradicionais por todo o país” (MMC, 2018, p. 23). De forma que, enquanto o agronegócio goza de assistência jurídico-política, representada, por exemplo, pela isenção de impostos sobre os lucros de exportação e sobre o consumo de agrotóxicos, o modo de produção do MMC, intimamente agroecológico faz uso da luta para manter seu protagonismo de resistência e transformação.

Já no âmbito do Mato Grosso do Sul, é possível traçar um panorama da atividade de mulheres camponesas e, por consequência, do ecofeminismo, com base na pesquisa desenvolvida na tese de mestrado de Valéria Peronde Souza Pinto. Esse estudo teve como base os trabalhos operados por mulheres camponesas de oito assentamentos rurais de reforma agrária localizados nos municípios de Corumbá e Ladário. Ações essas que, segundo a pesquisadora, tem permitido que a mulher camponesa alcance sua independência, passando a participar das decisões familiares (PINTO, 2018).

Sob essa perspectiva, a referida pesquisadora afirma que, no âmbito trabalhista, no qual se destaca – com relação às camponesas dos assentamentos em foco – em especial, a comercialização de frutas, legumes e verduras, quer seja nos próprios lotes dos assentamentos ou em feiras livres, “o trabalho da mulher no ponto de venda se efetiva com o poder nas decisões entre o que vender e a que preço vender” (PINTO, 2018, p. 155).

De igual modo, Valéria, constata em sua pesquisa, com relação ao poder de decisão das assentadas sobre a destinação do dinheiro arrecadado, que, aproximadamente sessenta por cento das entrevistadas decidem, junto aos

companheiros, sobre o uso do dinheiro oriundo da venda de produtos agropecuários produzidos no lote. Nesse sentido, ela afirma que “as mulheres dos assentamentos rurais de Corumbá e Ladário possuem um grande empoderamento na tomada de decisão da renda, seja ela proveniente da renda do lote ou de outras fontes de renda externas ao lote”. Nesse panorama, conclui-se que a mulher dos assentamentos estudados tem influência sobre 93% das decisões tomadas com relação à renda auferida dentro do próprio lote e de 97,2% no que diz respeito à renda proveniente dos trabalhos realizados por ela fora do lote. (PINTO, 2018, p. 171-4).

Frisa, ademais, a autora em referência, com relação ao poder de decisão das mulheres assentadas ora estudadas, que, “quando o homem trabalha fora, em nenhum caso ele decide sozinho sobre a renda. Já a mulher possui esse poder de decisão, quando ela trabalha fora, e também sobre esse tipo de rendimento dele”. Poder esse, aliás, conforme Valéria pôde concluir, reconhecido pelos companheiros dessas mulheres, o que, por sua vez, consoante se apreende da leitura do texto da pesquisadora, constitui importante fator, não só para o companheirismo notado entre as mulheres e os maridos dos respectivos assentamentos, como também do empoderamento feminino nesse âmbito (PINTO, 2018, p. 175).

Não obstante, com relação à atuação das mulheres camponesas dos assentamentos rurais de reforma agrária nos municípios de Corumbá e Ladário junto a ações de caráter coletivo, cooperativo, sindicalista ou de movimento social, a pesquisadora afirma que tais iniciativas de trabalho associativo são tímidas - quer seja no âmbito da venda ou da produção. Sendo encontradas por Valéria apenas “três situações que envolvem especificamente mulheres: uma no Assentamento Taquaral, outra no São Gabriel e uma no Tamarineiro I, que não existe mais” (PINTO, 2018, p. 181).

Dentre os fatores apontados como causas dessa pouca atividade feminina coletiva, a pesquisadora aborda uma racionalidade contábil e administrativa dos assentados tipicamente camponesa, com foco sobre a esfera familiar, a qual “é diferente da racionalidade científica e moderna das ciências administrativas e contábil”

(PINTO, 2018, p. 182). Racionalidade essa, portanto, que converge com os saberes não convencionais que designam o ecofeminismo.

Ainda em relação a essa reduzida atuação coletiva das assentadas, no entanto, insta ressaltar que tal envolvimento sócio-político caracterizado como mínimo não leva à submissão das camponesas ora estudadas, o que se confirma com o já comentado poder de decisão das mesmas – quer sobre os trabalhos no lote, sobre a venda de produtos frutos daqueles ou da renda auferida pelos assentados. Outrossim, esse aparente pouco engajamento político e social não quer dizer que essas mulheres não simbolizam resistência no panorama em que estão cerceadas, tendo em vista que – apesar de empregar certas condições impostas pelo capitalismo, lutam pela manutenção do modo de vida camponês. Nesse sentido, o seguinte trecho do trabalho produzido por Valéria Peronde Souza Pinto (2018, p. 186):

Mesmo com inexpressiva participação em movimentos sociais ou associações, as mulheres se mantêm na luta para preservação dos valores tradicionais camponeses, através de seu trabalho com a terra e do trabalho familiar. Com foco na subsistência da família, elas se adaptam à realidade econômica e social imposta pelo capitalismo. Na ausência de condições de produzir o necessário para subsistência da família, elas se assalariam, eventualmente, utilizando essa renda para manter os valores camponeses, ficar na terra e trabalhar em família. Dessa forma, ao mesmo tempo em que o capitalismo envolve o campesinato em sua dinâmica, o campesinato também se utiliza do capitalismo para se manter. Ou seja, a mulher camponesa pode se assalariar no meio de produção capitalista, mas essa renda é voltada para manutenção do modo de vida camponês.

No ponto, cumpre comentar que as campesinas assentadas não vivem isoladas do sistema capitalista, o qual influencia a dinâmica estrutural de produção do lote e, indiretamente (já que não se pautam nas regras de mercado), sobre o preço dos produtos comercializados pelos assentados. Ademais, nota-se eventuais trabalhos assalariados prestados pelas camponesas de modo a colaborar com a renda familiar. Destarte, o que se pode concluir é que tais interferências do capitalismo sobre o modo de vida camponês não descaracteriza o campesinato, cuja força de trabalho segue sendo empregada para a subsistência da família camponesa. Assim, diz-se que,

inclusive, a venda da mão-de-obra dos assentados para fazendeiros da região, colaborando com a produção capitalista, “é uma forma de manter o modo de vida camponês, uma vez que a renda ganha pelo assentado nesse trabalho ajuda a manter sua família no lote” (PINTO, 2018, p. 200).

A despeito do modo de vida capitalista repercutir sobre as camponesas assentadas em parte do Mato Grosso do Sul, “elas não abrem mão de suas convicções e seu modo de vida camponês. Elas traçam seus caminhos em meio às sujeições impostas, trabalham fora, vendem nas feiras, conquistam seu empoderamento e mantêm seu modo de vida, criando e recriando suas forças após cada dificuldade imposta” (PINTO, 2018, p. 204). Aliás, como dito, essa circulação das camponesas nas feiras e em trabalhos externos tem como foco a produção de renda para as necessidades e bem-estar da própria família.

Por essa abordagem, então, cabe concluir que as mulheres camponesas dos assentamentos de reforma agrária em região sul-mato-grossense, ainda que apresentem inevitável influência do modo de produção capitalista sobre seus modos de vida e não se engajem no desenvolvimento de movimentos coletivos de cunho sociais e políticos, mantêm uma produção caracterizada pelo não emprego de tecnologias de alto impacto ao meio ambiente, dando sempre ênfase sobre o caráter local de seus produtos, inclusive pelas vendas que se destinam a suprir as necessidades familiares. Ademais, conforme comentado, prezam por saberes – quer seja no âmbito da produção ou da administração dos frutos dessa – diversos dos tecnocientíficos.

Portanto, ainda que não se demonstrem propriamente vinculadas ao Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil, essas mulheres assentadas no Mato Grosso do Sul, igualmente, designam-se por um modo de vida que converge com o defendido pelo movimento da ecologia e do feminismo. De modo a se aproximarem da agenda do ecofeminismo. A esse respeito, cumpre frisar que:

a falta de engajamento político dessas mulheres, em contraponto ao seu empoderamento, indica que não é apenas a participação política ativa que leva, necessariamente, ao empoderamento. É indiscutível a importância da participação política para fortalecimento das lutas, sejam

elas de classe ou de gênero, e na definição do sujeito mulher camponesa. Contudo essa mulher se empoderou através de suas lutas, das dificuldades para se manter nos assentamentos, dos trabalhos como doméstica, para manter o sustento da família e da consequente troca de papéis de gênero no lote (PINTO, 2018, p. 209).

Dando sequência a uma cartografia do Movimento de Mulheres Camponesas no Mato Grosso do Sul, mostra-se expressiva a atuação de mulheres junto ao movimento agroecológico no assentamento Itamarati, situado no município de Ponta Porã/MS. Nesse âmbito, onde se “trabalha respeitando e preservando o meio ambiente em sintonia com animais e plantas”, a atuação do MMC, foi a de organizar ações das assentadas, de modo que essas conquistassem espaços de decisão, tanto na própria propriedade, como na sociedade em geral, passando a participar ativamente na promoção da qualidade de vida de suas famílias no campo (NEVES, 2012).

Acerca desse assentamento, aliás, insta salientar a seguinte abordagem de Mariluci Foresti Neves, Leonardo Lúcio Amorim Mussury e Rosilda Mara Mussury (2012):

agricultores e agricultoras familiares do assentamento Itamarati no município de Ponta Pora, MS, que com todos os obstáculos enfrentados no início do projeto de reforma agrária, se uniram em busca de alternativa sustentável para o desenvolvimento do assentamento, buscando seguir outro caminho com os objetivos da agricultura familiar, produção de alimento, diversificação da propriedade, respeito ao meio ambiente, independência quanto a utilização de insumos externos para a produção agrícola, agregação de valor, comercialização justa dos produtos por eles fabricados e renda digna para viver com qualidade de vida no campo envolvendo toda a família nos processos de produção e organização social conhecida como ciência agroecológica. Evidencia-se nesse processo o papel da mulher que era vista pela sociedade como mera ajudante do esposo e não como parceira no processo de construção e conquistas de uma reforma agrária possível com resultados satisfatórios para o desenvolvimento social e econômico do assentamento local.

Assim, tem-se um panorama, ainda que superficial, do ecofeminismo enquanto movimento. Sendo esse internacionalmente traçado, essencialmente, pela necessidade de atuações femininas frente a desastres sociais e ambientais. No Brasil, delinea-se pelas ações de grupos como o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia

(MAMA), a Marcha das Margaridas e o Movimento de Mulheres Camponesas (oriundo do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR).

Já no Mato Grosso do Sul, destaca-se, com relação ao movimento que une as agendas da ecologia e do feminismo, a atuação de mulheres camponesas de assentamentos rurais de reforma agrária situados nos municípios de Ladário, Corumbá e Ponta Porã, cujos modos de vida, ainda que influenciados pelo capitalismo, mostraram-se relativamente sustentáveis do ponto de vista ambiental e social (uma vez percebido o poder de decisão).

4. PERSPECTIVAS DO ECOFEMINISMO DE TRANSFORMAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Traçado um panorama histórico e regional do movimento ecofeminista, mostra-se pertinente uma abordagem quanto à presença deste no âmbito da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) ou de forma vinculada a essa.

Buscando, então, diagramar o ecofeminismo e suas eventuais transformações acarretadas na, ou – inclusive – pela universidade em foco, como metodologia, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e individuais a dois professores que atuam na UFGD e desenvolvem trabalhos relacionados às questões de gênero na instituição e a uma artesã membra da Central de Comercialização Solidária, grupo assistido pela Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias – ITESS da UFGD.

Os docentes ora entrevistados foram Losandro Antonio Tedeschi, professor doutor com área de atuação centrada na história das mulheres e estudos de Gênero e coordenador da Cátedra UNESCO em Gênero e Fronteiras na UFGD; e Claudia Cristina Ferreira Carvalho, professora doutora que coordena, na Universidade, o curso de extensão Ecologias Feministas de Saberes, que se baseia em uma leitura feminista pós-colonial das Epistemologias do Sul conforme proposto por Boaventura Sousa Santos (2013).

Esses primeiros diálogos foram ambientados no próprio campus da

Universidade (unidade II), sendo gravadas com autorização prévia dos entrevistados e, posteriormente transcritas. Questões não previamente planejadas foram acrescentadas na entrevista à medida que essa foi executada, a fim de que fossem atingidos os objetivos propostos pelo presente trabalho.

Mediante observação dessas, foi possível concluir que, ainda que na UFGD sejam percebidos movimentos que se assemelhem ao ecofeminismo, esses não se reconhecem limitadamente a essa categoria. Nesse viés, o professor Losandro Tedeschi afirma que, apesar de ter conhecimento de inúmeros movimentos feministas em Dourados, não nota uma delimitação, por parte das companheiras ativistas, quanto à possível ramificação do feminismo em que atuam, reconhecendo-se, na realidade, simplesmente como feministas, “que atuam em várias pontas” (TEDESCHI), unidas pela bandeira única do humanismo.

Outrossim, quando questionado a respeito da verificação de grupos de mulheres que, ainda que não se autodenominem nem como movimento, nem como feministas, mas cuja atuação preze, concomitantemente, pela equidade de gênero e pela preservação ambiental, o doutor Losandro, aponta o grupo feminino do assentamento agrário de Itamarati (abordado no item anterior). Essas mulheres (associadas ao Movimento de Mulheres Camponesas atuante no referido assentamento do município de Ponta Porã), conforme exibido pelo entrevistado, não se declaram feministas, mas “defendem a pauta do feminismo, da equidade, do fim da violência de gênero” (TEDESCHI).

Ademais, Losandro aborda a proximidade entre o feminismo indígena e o ecofeminismo, ao passo que ambos apresentam uma visão holística, da *Pachamama*, que os distingue do feminismo europeu e ocidental. A partir disso, viabiliza o elo potencialmente verificado entre o movimento ecofeminista e o movimento indígena notado na Faculdade Intercultural Indígena (FAIND) da UFGD.

Nessa seara, ressalta como bandeira do feminismo indígena, para além da violência ao corpo indígena, à defesa do Tekoha, isto é, do território tradicional de origem guarani, “onde vivem os grupos familiares extensos, no qual vivenciam a sua

cultura” e, portanto, onde seus saberes, preceitos e regramentos cosmológicos são herdados e vivenciados (NASCIMENTO, 2016). Em razão desse próprio conceito, como lembra o professor ora entrevistado, tem-se que “não há corpo, não há indígena, se não há terra”. Logo, evidencia-se a verossimilhança entre ambos os movimentos ora comentados, haja vista que o pensamento sobre o corpo de forma integrada ao território é uma das expressões tanto do ecofeminismo quanto do feminismo indígena. Todavia, cumpre ressaltar que este não se reconhece como ecofeminista.

Essa proximidade, aliás, é também lembrada pela professora Claudia Carvalho, quando menciona a luta das mulheres e homens indígenas pelo território. Assim, ainda que esses grupos não se sintam representados pelo termo ecofeminismo, a professora entrevistada afirma que essas “são lutas das mulheres que caminham na mesma direção, na luta pela terra, pelas suas cosmologias, pelo modo que se relacionam, inclusive, com o corpo”.

Além disso, quando realizada a retro mencionada pergunta à professora Claudia Carvalho, qual seja, se ela percebe na UFGD grupos de mulheres que, mesmo sem a identificação de viés político, atuem de forma coerente aos preceitos do movimento ecológico e feminista, a mesma destaca os trabalhos desenvolvidos pelas Incubadoras da Instituição. Em relação a essas, a entrevistada profere:

que boa parte das tecnologias sociais que uma das incubadoras da UFGD possui tem um trabalho bem próximo justamente das mulheres que foram contempladas por alguma política de integração que é de ocupação territorial rural, que foram integradas ao campo. Também de algumas unidades quilombolas que participam e umas com um projeto que trata das mulheres e dos cuidados dessas unidades tradicionais, sobretudo, quilombolas com as sementes crioulas.

Ainda, com relação às incubadoras, Claudia discorre sobre o poder de transformação social prática dessas, dissertando sobre o como a política organizada das Incubadoras das Tecnologias Sociais, entendida como uma política pública nacional, “tem mudado e melhorado a qualidade de vidas dessas pessoas”.

Nesse panorama, cumpre tecer breves comentários sobre a Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias (ITESS), que, junto à Incubadora Tecnológica (GDTec)

e a Incubadora Cultural (EKOa), integra a divisão de Incubadoras da UFGD.

A ITESS, fundada em 2006 como um programa de extensão da UFGD, desenvolve por meio da atuação de docentes, acadêmicos, técnicos, movimentos sociais, entre outros agentes, “ações com Empreendimentos de Economia Solidária (EES) nos âmbitos sociais, econômicos e políticos, pautadas em um processo educativo dialógico estruturado nos princípios da economia solidária”, dentre os quais se destacam a formação política, a troca de saberes e a conquista de cidadania e direitos humanos.

As ações da ITESS (2019) envolvem grupos em situação vulnerável – quer seja social ou economicamente e têm “por finalidade articular a execução de projetos concebidos a partir de demandas locais e regionais, voltados para a sustentabilidade socioambiental, visando à geração de trabalho e renda para grupos em situação de vulnerabilidade social e em fase de organização solidária”.

Dentre os sete grupos incubados e graduados pela ITESS, tem-se a Central de Comercialização Solidária. Essa, situada no Centro de Dourados, corresponde a uma loja que comercializa confecções manuais e artesanatos, produzidos especialmente por mulheres.

No decorrer do presente trabalho foi, então, realizada entrevista a uma das artesãs do supracitado grupo. A senhora Sônia Aparecida comercializa, na Central, produtos por ela bordados, caixinhas de MDF e canecas digitalmente personalizadas por suas filhas. Segundo ela, o grupo de economia ao qual pertence conta atualmente com dezoito integrantes, sendo apenas um deles do sexo masculino.

Na conversa, Sônia afirmou que as atividades por ela desempenhadas junto à Central, apesar de lhe proporcionar certa independência, em uma escala de 0 a 4 (sendo 0 nenhuma, 1 quase nenhuma, 2 pouca, 3 razoável e 4 bastante), atribui índice 3 para a importância da venda de seus produtos através da Central para sua independência pessoal, eis que a renda ali auferida é insuficiente para sua subsistência.

Em sequência, quando questionada à artesã se ela percebe a natureza como

um ser vivo (um dos fundamentos do ecofeminismo), ela disse que sim. A partir disso, é possível deduzir que a mesma demonstra certa preocupação pelo meio ambiente. O que, inclusive, foi confirmado com a seguinte fala:

Eu acho que meu trabalho é valorizado, sendo que, na minha opinião, tem trabalhos de colegas que são muito melhores que o meu, porque são material reciclado. Meu material não é reciclado. Então é isso que eu acho, que é importante você ocupar o material que a natureza está descartando. Eu não uso nada disso, então, eu acho que é importante, entendeu? Tem que ter essa consciência também.

Apesar dessa preocupação, quando lhe foi indagada a colaboração das atividades desempenhadas pelo grupo de economia solidária de Sônia para um desenvolvimento econômico mais sustentável, a mesma afirmou que essa colaboração é razoável (nível 3 em uma escala de 0 a 4).⁴ Além do mais, quando observados os itens à venda na Central, foi possível perceber a reduzida presença de materiais reciclados, que se limitavam a algumas poucas peças produzidas (pelo homem do grupo) a partir de madeira de demolição.

Destarte, ainda que as atividades desempenhadas pelo grupo em foco não estejam integradas à atual hegemonia econômica, seus produtos têm por base materiais produzidos pela indústria comum, como MDF, tecidos de algodão (empregados para a confecção de toalhas, bolsas, bonecas, dentre outros), plásticos, entre outros produtos não biodegradáveis. Logo, ainda que a economia do grupo seja menos impactante e que o mesmo apresente consciência ambiental, esse não se apresenta como expoente da mudança de paradigma ético proposto pelo ecofeminismo.

Todavia, pelo que se pôde extrair do diálogo com Sônia, o grupo valoriza saberes tradicionais e não científicos. Nesse sentido, em resposta à pergunta que questionava à artesã se ela considera o conhecimento adquirido no mundo acadêmico mais importante do que os adquiridos de outra forma, por exemplo, os que são

⁴ Sendo 0 nenhuma; 1 quase nenhuma; 2 pouca; 3 razoável e 4 bastante.

ensinados ao longo de gerações familiares, a entrevistada, que cursou três períodos do curso de graduação em história, ressaltou a importância dos saberes adquiridos com o trabalho e com a família.

Logo o que se pôde constatar com relação à Central de Comercialização Solidária, é que, ainda que a mesma apresente aparente consciência da necessidade de cuidados ambientais, seus integrantes não manifestam de maneira prática preocupações revolucionárias nos trabalhos por eles desenvolvidos. Portanto, mesmo que o grupo colabore para um desenvolvimento econômico menos impactante, não se revela como protagonista dentro da agenda ecológica e, em decorrência, tampouco do ecofeminismo.

Não obstante a isso, considerando a tese de mestrado da técnica pós-graduada pela UFGD, Marise Massen Frainer (2019), é plausível concluir que esse panorama decorre, em parte, da própria atuação da incubadora. Sob essa perspectiva, Frainer (2019, p. 54) afirma que:

Em nome de um pretense objetivo empreendedor, a atual gestão da ITESS/UFGD remove qualquer possibilidade de socialização de saberes entre grupos incubados e a incubadora e, propõe unicamente, uma visão verticalizada, totalmente desconexa aos princípios da Economia Solidária e alternativa, mas alinhada exclusivamente ao objetivo do lucro.

O trabalho desenvolvido por Frainer baseou-se nas atividades desenvolvidas pelo grupo de mulheres Arte e Vida, formado (em 2016) por residentes da Vila de São Brás, em Dourados/MS e inserido em um projeto da ITESS. As mulheres ora envolvidas confeccionam bolsas a partir de lonas de banners descartados pela UFGD e, a partir da pesquisa da então mestranda, passaram a participar de conversas e atividades com a finalidade de fortalecer suas subjetividades e de compreender suas potencialidades, conferindo-lhes o sentimento de autonomia.

Esse processo demonstra, pois, a possibilidade do grupo Arte e Vida enquadrar-se como potencialmente feminista, ao passo que confere a essas mulheres certa independência e, conseqüentemente, lhes empodera socialmente. Ademais, tendo em vista o trabalho de *upcycling* aplicado pelo grupo em foco, nota-se a preocupação

ecológica do mesmo. Assim, ao produzir novos produtos funcionais a partir de materiais não biodegradáveis, tais mulheres não apenas auferem rendimentos e relativa autonomia econômica, como ainda colaboram com a sustentabilidade ambiental.

Enfim o caráter ecofeminista do grupo Arte e Vida é reforçado pelo próprio fato desse constituir um grupo de Economia Solidária, que se designa, consoante Frainer (2019, p. 63), por

priorizar o desenvolvimento da perspectiva humana, fortalecer os sujeitos, muito mais do que priorizar os lucros – um dos motivos que se fala em preços justos. Observa-se nesse sistema a predominância do trabalho comunitário e, mais especificadamente, as mulheres sentem-se a vontade nesse sistema.

Adentrando, por seu turno, no âmbito de pesquisas e estudos realizadas na UFGD com temas tangentes ao ecofeminismo, é possível constatar por sua reduzida expressividade. Como parâmetro para tal percepção, ressalta-se a fala de Losandro, o qual, afirmando já ter orientado inúmeros trabalhos científicos com temática associada ao estudo de gênero, atesta como “pouco recorrente esse tema ecofeminismo” em pesquisas. Aliás, para esse professor, “essa corrente no Brasil é, ainda, bastante nova”, no sentido de que “não há muitas expressões de pesquisadoras e movimentos mais consolidados, como, por exemplo, lá na Índia, ou em outras regiões da Europa, etc”.

Ratifica essa hipótese, a propósito, a tese de doutorado apresentada em 2016 por Daniel de Almeida Pinto Kirjner, a qual, mediante a realização de uma análise quanti-qualitativa de mídias expoentes acadêmicos do feminismo nacional, quais sejam as revistas de Estudos Feministas e Cadernos Pagu, concluiu que “as Ciências Sociais, os movimentos de mulheres e as questões raciais são fatores relevantes para a discussão de gênero neste contexto, enquanto o ecofeminismo e a opressão animal são debates praticamente esquecidos” (KIRJNER, 2016).

Da mesma maneira, essa pouca expressividade do ecofeminismo em âmbito científico nacional é reafirmada por Solange Teles da Silva, em seu artigo “Estado de direito ambiental e ecofeminismos: desafios para a construção de uma sociedade igualitária”, no qual restou comprovado que “poucos são os trabalhos científicos no

Brasil que abordam a questão do ‘ecofeminismo’ ou ainda do ‘ecofeminismo e Estado de direito ambiental’”. Para tal, no curso do referido trabalho, a pesquisadora realizou em 2017 dois levantamentos de trabalhos acadêmicos com a palavra-chave “ecofeminismo”. O levantamento feito na Base de Dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, resultou em um total de 18 trabalhos; enquanto o levantamento realizado no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, identificou 30 resultados (SILVA, 2017).

Esse índices, contudo, em 2019 passaram de 18 para 28 na da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD, 2019) e de 30 para 44 no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2019), o que pode ser indícios da tendência do ecofeminismo ser mais tratado pelos acadêmicos do Brasil.

A despeito de ainda não ser um tema muito abordado em pesquisas e estudos nacionais, inegável a relevância dessa temática. Sob esse aspecto, Losandro, alega que “não tem como você pensar a equidade de gênero, o fim da violência às mulheres, se você também não pensa, concomitantemente, as formas de agressão ao meio vivido, ao meio ambiente, ao ecos”, uma vez que “pensar o fim da violência é pensar o fim de todas as formas de violência”. Em decorrência, atribui grau de relevância máxima a esses estudos (que encaram – por meio de uma visão não hegemônica – a humanidade como o próprio meio-ambiente) para um melhor desenvolvimento sócio-econômico-ambiental.

De igual forma, a doutora Claudia Carvalho, em uma escala de 0 a 4 (sendo 0 nenhuma, 1 quase nenhuma, 2 pouca, 3 razoável; e 4 bastante) confere nota 4 de relevância a esses estudos para a promoção de um desenvolvimento social econômico e ambiental mais sustentável. Importância essa que, de acordo com a professora, é recrudescida “em tempos que a gente tem o agronegócio como uma afronta às culturas tradicionais”.

Por conseguinte, resta evidente a relevância não apenas de estudos sobre o ecofeminismo, como a própria materialização do mesmo, por meio de movimentos que prezem, simultaneamente pela equidade e fim da violência de gênero, pela valorização

de saberes diversos e pela preservação da natureza.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa demonstrou as designações teóricas do ecofeminismo, entendido como o movimento que une as agendas da ecologia e do feminismo. Nesse parâmetro, abordou perspectivas de transformação ecofeminista de paradigma tanto científico, pautado na consideração do objeto do estudo que tende a deixar de ser visto como mero objeto e na valorização dos conhecimentos tidos como não convencionais; quanto ético, baseado, por sua vez, em um modelo de vida desvinculado da percepção de dominação não apenas das mulheres, como também da natureza.

Em um segundo momento, foi narrada a história internacional e nacional do ecofeminismo enquanto movimento. Sendo esse fruto internacional da necessidade de atuações femininas frente a desastres sociais e ambientais e ganhando representatividade no Brasil a partir de ações de grupos como o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), a Marcha das Margaridas e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC, oriundo do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR).

Nesse ponto, foram elencadas as atividades desempenhadas pelas camponesas de assentamentos rurais de reforma agrária situados nos municípios de Ladário, Corumbá e Ponta Porã. Insta ressaltar, com relação a esses, que – apesar da lógica do capital repercutir sobre a forma de vida desses assentados – os mesmos revelaram considerável potencial de transformação ambiental e social, ao passo que atuam de forma a viabilizar a conquista de espaços de decisão e autonomia pelas mulheres e apresentam-se como resistência à degradação ambiental desenfreada.

Por fim, na tentativa de traçar perspectivas desse movimento e de seu potencial de transformação na esfera da Universidade Federal da Grande Dourados, foi possível perceber que, ainda que hajam grupos vinculados à instituição universitária que apresentem diretrizes semelhantes às do ecofeminismo, a modelo do feminismo

indígena e de alguns grupos assistidos pela Incubadora da Universidade, os mesmos não se reconhecem como ecofeministas.

Além disso, foi possível perceber o como tal temática é pouco abordada em trabalhos e pesquisas acadêmicas, não apenas na esfera da Universidade da Grande Dourados, como em âmbito nacional. O que, contudo, não diminui a relevância de tais abordagens que, conforme comentado, tem ganhado, ao menos aparentemente, maiores enfoques.

Por fim, restou demonstrada a relevância do ecofeminismo e suas expressões, quer sejam no mundo teórico e científico ou, em especial, em movimentos propostos por mulheres que promovam, de fato, o fim de todas as formas de violências decorrentes do patriarcado capitalista que se vê investido de autoridade pelo poder atribuído ao conhecimento científico.

REFERÊNCIAS

ANGELIN, Rosângela. **Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos Preparados?** Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós Graduação Strictu Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n. 3, 2014.

ALVES, Branca Moreira, PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

BDTD. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.** Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=ecofeminismo&type=AllFields>. Acessível em: 09 ago. 2019.

BRAGA, Fabio Rezende. **Os movimentos ecológico-sociais feminino e a luta pela conservação ambiental.** Curitiba, 2015. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/44087/R%20-%20E%20-%20FABIO%20REZENDE%20BRAGA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 jul. 2019.

CAPES. **Catálogo de Teses.** Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 09 ago. 2019.

CRUZ, Teresa Almeida. **A caminhada de organização do movimento de mulheres camponesas no Brasil na luta em defesa da vida**. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. Florianópolis: 2013.

DIAS, Tamaya Luna Publio. **A defesa dos direitos dos animais sob uma ótica feminista**. Revista Brasileira de Direito Animal. v. 3, n. 4, Salvador, 2008.

FINRRAGE. **Declaration of Comilla**. Disponível em: <http://www.finrrage.org/wp-content/uploads/2016/03/FINRRAGE.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

FRAINER, Marise Massen. **Mulheres na Economia Solidária: como o design pode contribuir para o trabalho do “Grupo Arte e Vida”**. Dissertação do Programa de Mestrado em Sociologia da UFGD. Dourados, 2019.

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

ITESS. **Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias**. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/secao/incubadora-de-tecnologias-sociais-e-solidarias/index>. Acesso em: 05 ago. 2019.

KIRJNER, Daniel de Almeida Pinto. **Entre gênero e espécie: à margem teóricas das Ciências Sociais e do feminismo**. 2016. Tese de Doutorado em Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília: 2016.

LEFF, Enrique. **Aventuras da epistemologia ambiental: Da articulação das ciências ao diálogo dos saberes**. São Paulo. Cortez 2012.

MMC. **Cartilha Feminismo Camponês e Popular**. 2018. Disponível em: http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/Cartilha_feminismo_campones_popular-2018.pdf. Acesso em: 30 jul. 2019.

NASCIMENTO, Sandra. **Colonialidade do poder no direito e povos indígenas na América Latina: as faces da subordinação/dominação jurídica frente ao direito de retorno às terras ancestrais dos povos indígenas Kaiowá do Tekohá Laranjeira Nande'Rú no Brasil e Mapuche do Lof Temucuicui no Chile**. 2016. Tese de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/20866>. Acesso em 06 ago. 2019.

NEVES, Vitor Carlos et al. Agroecologia e perseverança: determinação e protagonismo dos agricultores e agricultoras do Assentamento Itamarati, Ponta Porã, MS. **Cadernos de Agroecologia**, v. 7, n. 2, out. 2012. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/13175>. Acesso em: 08 ago. 2019.

PACHECO, Maria Emilia Lisboa. **Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero**. GT Gênero Plataforma de Contrapartes Novib/Sos Corpo. Perspectivas de Gênero: debates e questões para as ONGs. Recife: Gênero e Cidadania, 2002.

PENA-VEGA, Alfredo. **O Despertar Ecológico**: Edgar Morin e a ecologia complexa. Rio de Janeiro. Garamond. 2003.

PINTO, Valéria Peronde Souza. **Trabalho e poder de decisão das mulheres camponesas nos assentamentos de Corumbá e Ladário/MS**. Tese de Doutorado do Programa de Geografia da UFGD. Dourados: 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2013.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SHIVA, Vandana; MIES, Maria. **Ecofeminismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

SILVA, Berenice Gomes da. **A marcha das margaridas: resistências e permanências**. 2008. 172 p. Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/949>. Acesso em: 02 ago. 2019.

SILVA, Solange Teles. Estado de Direito Ambiental e ecofeminismo: desafios para a construção de uma sociedade igualitária. In: LEITE, José Rubens Morato; DINNEBIER, Flávia França. **Estado de Direito Ecológico**: Conceito, conteúdo e novas dimensões para a proteção da natureza. São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2017.

TEDESCHI, Losandro Antonio; COLLING, Ana Maria. **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: UFGD, 2015.